



SRa. PREGOEIRA

EQUIPE PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RAZÃO/IMPUGNAÇÃO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS /
RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 53/2025 – PGJ/RS

Item 1 – Veículo tipo camioneta

Recorrente: VIA PORTO VEÍCULOS LTDA.

Processo: PGEA nº 00589.000.380/2025

I – SÍNTESE DOS FATOS

O Termo de Referência exige, de forma expressa e objetiva, que o veículo ofertado no Item 1 seja “Tipo: CAMIONETA” (TR, item 4.3.1.1, “a”) .

Contudo, foram classificadas em 1º lugar (Motomecânica – VW Nivus) e 2º lugar (DRSUL – Renault Kardian) propostas que não atendem ao tipo de veículo exigido, pois não são camionetas, mas automóveis/SUV compactos da categoria J1, conforme classificação técnica reconhecida amplamente no mercado e reiterada pelo próprio Ministério Público em Informação oficial.

Tal desconformidade é grave e impõe a desclassificação automática das ofertas vencedoras, por força da Lei 14.133/2021, art. 59, I (“desclassificação por descumprimento de especificação técnica”).

II – DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA: VEÍCULO TIPO CAMIONETA

O Termo de Referência, que integra o edital, é categórico:

“Tipo: CAMIONETA.” (TR, item 4.3.1.1, “a”)

Não há margem interpretativa.

Não se admite SUV, crossover ou hatch elevado.



O objeto é CAMIONETA, substituta do modelo Doblò utilizado para transporte de documentos, processos, materiais e pequenas cargas, como afirma o próprio TR (item 2 – Fundamentação da Contratação) .

III – DA INTERPRETAÇÃO OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO (Informação 141/2025)

A Informação nº 141/2025, emitida pela própria Unidade de Licitações do MPRS, esclarece e reforça a exigência:

“a intenção da Administração (...) é a aquisição de um veículo do tipo camioneta, nos termos da classificação técnica definida pelo CONTRAN.” (Informação 141/2025, item 2)

E mais:

A expressão “veículo de passeio” não altera essa definição. (Informação 141/2025, item 2)

Portanto, a Administração confirmou expressamente que o veículo deve obrigatoriamente pertencer à categoria “camioneta” conforme o CONTRAN, não sendo suficiente que seja apenas “automóvel de passeio”.

IV – DO NÃO ENQUADRAMENTO DO VW NIVUS E DO RENAULT KARDIAN

1. VW NIVUS (Motomecânica – 1º colocado)

É veículo da categoria J1 – utilitário esportivo (SUV), conforme classificação técnica e comercial amplamente reconhecida.

Não é camioneta.

Não possui arquitetura, classificação ou homologação típica de camioneta.

2. Renault Kardian (DRSUL – 2º colocado)

Também é veículo SUV compacto (categoria J1).

Assim como o Nivus, não possui características técnicas nem classificação de “camioneta”, conforme exigido pelo edital.

Conclusão técnica

Ambos os modelos não atendem ao item 4.3.1.1(a) do Termo de Referência.

O descumprimento é objetivo, verificável e incontornável.



V – DA OBRIGATORIEDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO (art. 59, I, da Lei 14.133/2021)

A legislação determina:

Art. 59, I – será desclassificada a proposta que não obedecer às especificações técnicas do edital.

O Edital repete a mesma regra (item 7.2.2 do Edital) :

“Será desclassificada a proposta que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos.”

Como as ofertas vencedoras não atendem à exigência de tipo, é obrigatória sua desclassificação, sob pena de:

- violação do princípio da vinculação ao edital;
- violação do julgamento objetivo;
- violação da isonomia, pois empresas como a Recorrente seguiram rigorosamente a especificação.

VI – DA FINALIDADE DO OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DE UM VEÍCULO DO TIPO DOBLÒ

O próprio Termo de Referência afirma que o veículo pretendido substitui o modelo Fiat Doblò, utilizado para transporte de:

- documentos,
- processos,
- pequenas cargas,
- deslocamentos administrativos.

(TR, item 2 – Fundamentação da Contratação)

Nivus e Kardian não atendem essa finalidade operacional.

São SUVs compactos com:

- porta-malas menor,
- arquitetura inadequada para transporte misto,
- capacidade e ergonomia inferiores para carga leve.



O edital buscou um veículo de maior volume, com características de camioneta, exatamente para substituir um Doblò.

VII – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O gestor não pode substituir o critério objetivo “camioneta” por sua própria interpretação subjetiva.

O TCU é categórico:

não pode haver flexibilização de especificações objetivas quando isso altera o objeto e prejudica concorrentes.

A Administração, portanto, deve julgar conforme o edital, especialmente após ter reafirmado, em Informação oficial, que o objeto é camioneta.

A exigência de “tipo: camioneta” é clara, objetiva e vinculante.

As propostas classificadas em 1º e 2º lugares não atendem ao objeto e, portanto, devem ser desclassificadas.

VIII – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a V. S.^a:

1. A desclassificação das propostas do 1º e 2º colocados, por inobservância do item 4.3.1.1(a) do Termo de Referência (tipo: camioneta), nos termos do art. 59, I, da Lei 14.133/2021.
2. A reclassificação das demais propostas, com o consequente enquadramento da Recorrente na posição correta.
3. Caso necessário, a realização de diligência técnica para verificação formal do tipo homologado dos veículos ofertados (Nivus e Kardian), o que confirmará que não são camionetas.

Taquara, 24 de novembro de 2025.

EMERSON SOCA DA SILVA

SÓCIO ADMINISTRADOR

